

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

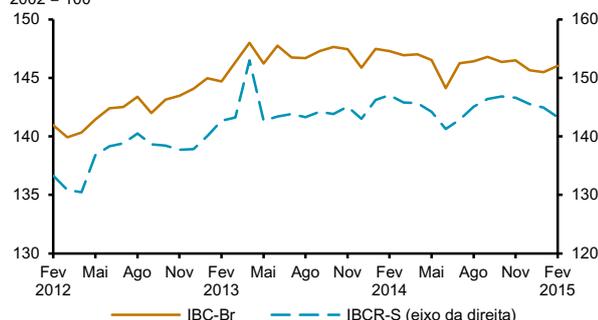
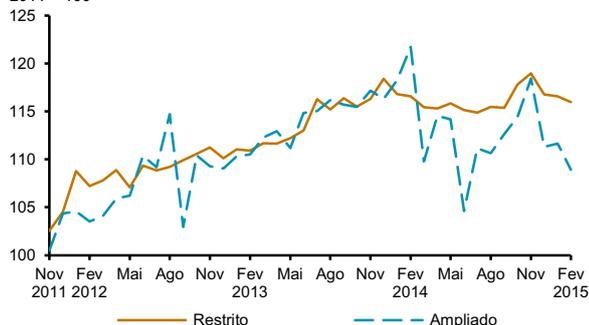


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014	2015		12 meses
Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}		
Comércio varejista	1,9	1,9	-0,8	0,7
Combustíveis e lubrificantes	4,7	2,3	-2,3	2,3
Hiper e supermercados	0,7	0,7	1,8	0,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	2,4	-3,1	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	1,0	4,5	-7,0	-2,8
Comércio varejista ampliado	-0,7	5,8	-3,9	-3,3
Automóveis e motocicletas	-5,4	9,0	-8,7	-9,9
Material de construção	2,7	2,9	-1,8	-0,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O ritmo da atividade econômica no Sul arrefeceu no trimestre encerrado em fevereiro, impactado, sobretudo, pelos resultados desfavoráveis da produção industrial e do mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-S contraiu 1,4% em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando havia aumentado 2,5%, no mesmo tipo de comparação, na série isenta de sazonalidade. Em doze meses até fevereiro, o indicador variou -0,4% (0,9% em novembro e 5,6% em fevereiro de 2014).

As vendas do comércio varejista decresceram 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam crescido 1,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O menor ritmo é atribuído, em especial, às variações de -7,0% em móveis e eletrodomésticos e -3,1% em tecidos, vestuário e calçados, após altas respectivas de 4,5% e 2,4% no trimestre anterior. Incorporados os decréscimos de 8,7% nas vendas automotivas e de 1,8% nas de material de construção, o comércio ampliado recuou 3,9% no período (acréscimo de 5,8% no trimestre encerrado em novembro).

Considerados períodos de doze meses, o varejo cresceu 0,7% em fevereiro (2,5% em novembro), destacando-se o incremento de 7,2% no segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico. O comércio ampliado, refletindo reduções de 9,9% nas vendas automotivas e de 0,1% nas de material de construção, recuou 3,3% no período, após alta de 0,3% em novembro.

No primeiro trimestre de 2015, foram comercializados 122,4 mil automóveis e comerciais leves novos, contrações de 21,1% e 36,2%, relativamente ao primeiro e quarto trimestres de 2014, de acordo com a Fenabrave.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 1,7% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação a igual período de 2014 (5,5% em novembro), segundo a

Tabela 5.2 – Receita nominal de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

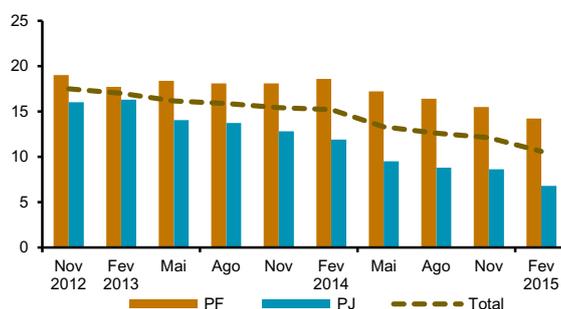
Segmentos	Var. %			
	2014		2015	
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Total	5,9	5,5	1,7	4,6
Serviços prestados às famílias	10,4	9,3	10,5	10,1
Serviços de informação e comunicação	7,5	6,5	1,6	5,7
Serviços profissionais e administrativos	8,3	10,9	7,6	8,6
Transportes e correios	2,9	1,7	-2,3	0,9
Outros serviços	12,5	11,6	6,5	11,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

PMS do IBGE. Destacaram-se os desempenhos observados nos segmentos serviços prestados às famílias (10,5%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (7,6%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 4,6% em fevereiro (6,3% em novembro), em comparação a igual período de 2014, sobressaindo os crescimentos nos segmentos outros serviços (11,7%) e serviços prestados às famílias (10,1%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no Sul atingiu R\$538,4 bilhões em fevereiro, aumentando 2,1% no trimestre e 10,6% em doze meses. As operações com recursos direcionados cresceram, na ordem, 3,3% e 15,8%, e, com recursos livres, 0,8% e 5,1%, respectivamente, nos mesmos períodos de comparação.

A carteira de operações com pessoas físicas atingiu R\$282,2 bilhões, com elevações respectivas de 2,8% e 14,2%, nas mesmas bases de comparação, sobressaindo os financiamentos imobiliários, com recursos do BNDES e os financiamentos rurais. O saldo do crédito junto ao segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$256,2 bilhões, com elevações de 1,4% no trimestre e 6,8% em doze meses, ressaltando-se a expansão das operações com os serviços (serviços industriais de utilidade pública – SIUP e outros serviços) e com a administração pública.

A inadimplência das operações de crédito da região situou-se em 2,5% em fevereiro (estável na comparação com novembro), com manutenção no segmento de pessoas físicas (em 2,7%) e pequena elevação no de pessoas jurídicas (de 2,2% para 2,3%).

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$38,3 bilhões em 2014 (R\$43,7 bilhões em 2013), dos quais 52,7% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC, atingiu 112,2 pontos em março ante 125,5 pontos em dezembro e 133,8 pontos em março de 2014. Apesar do recuo em relação a ambas as bases, os consumidores ainda se mostraram confiantes, com exceção dos componentes referentes ao nível de consumo atual e expectativas de consumo para os próximos três meses, que se situaram abaixo da linha de indiferença (100 pontos).

O Icec, calculado pela CNC, situou-se em 89,3 pontos em março (104,0 pontos em dezembro e 115,7 pontos em março de 2014). O nível do indicador em área sugestiva de falta de confiança (abaixo de 100 pontos) repercutiu, em

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014				2015
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	14,6	56,5	-2,9	51,7	-68,9
Indústria de transformação	-2,3	18,7	-19,9	-13,8	-26,4
Comércio	-6,5	5,9	-1,6	38,6	-23,3
Serviços	14,3	33,8	18,6	22,6	-6,5
Construção civil	6,6	8,1	-2,2	-4,2	-13,1
Agropecuária	3,9	-12,5	1,4	8,0	2,1
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,1	0,3	0,2	0,5
Outros ^{2/}	-1,4	2,4	0,4	0,2	-2,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2013	2014	2013	2014
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-4 429	-1 599	7 821	7 248
Governos estaduais	-3 780	- 711	7 562	7 121
Capitais	- 210	518	44	60
Demais municípios	- 440	-1 405	215	68

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2013	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
	Total	77 135	-1 599	7 248	5 649	1 123
Governos estaduais	77 465	- 711	7 121	6 409	1 549	85 423
Capitais	479	518	60	577	3	1 059
Demais municípios	- 809	-1 405	68	-1 337	- 429	-2 575

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

grande parte, a avaliação das condições atuais da economia brasileira e, especificamente, do setor comercial.

O mercado de trabalho no Sul reduziu em 68,9 mil os empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro (aumento de 14,6 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE. A diminuição refletiu, em especial, a eliminação de vagas no comércio, 23,3 mil, e na indústria de transformação, 26,4 mil (5,7 mil na indústria têxtil e de vestuário e 5,7 mil na de alimentos e bebidas). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal manteve-se estável no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando aumentara 0,1%, nesta base de comparação.

O *superavit* primário dos governos dos estados, capitais e principais municípios do Sul totalizou R\$1,6 bilhão em 2014 (R\$4,4 bilhões em 2013), refletindo o recuo de 81,2% no resultado dos governos estaduais, reversão de *superavit* para *deficit* nas capitais e ampliação do desempenho positivo nos principais municípios.

O resultado nominal, considerando a apropriação de R\$7,2 bilhões de juros, atingiu *deficit* de R\$5,6 bilhões em 2014 (R\$7,8 bilhões e R\$3,4 bilhões, respectivamente, em 2013). Note-se que os principais municípios, exclusive as capitais, somaram *superavit* nominal de R\$1,3 bilhão neste ano.

Considerados dados consolidados, os governos dos três estados, das capitais e principais municípios alcançaram *superavit* primário de R\$888 milhões no período de doze meses até fevereiro de 2015, contribuindo para mitigar o *deficit* primário do total das regiões. Considerando a apropriação de juros de R\$7,3 bilhões, o resultado nominal foi deficitário em R\$6,4 bilhões.

A dívida líquida dos três segmentos totalizou R\$83,9 bilhões em 2014. Apesar do incremento de 8,8% em relação a 2013, a participação do Sul no total das dívidas regionais caiu 0,5 p.p. no período, para 12,8%. Em fevereiro de 2015, a dívida líquida atingiu R\$84,8 bilhões, 70,1% dos quais devidos pelo Rio Grande do Sul.

A receita de ICMS somou R\$11,2 bilhões no primeiro bimestre de 2015, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) do Ministério da Fazenda e as Secretarias Estaduais de Fazenda, com aumento real de 1,7%, em relação a igual intervalo de 2014. Em doze meses até fevereiro, essas receitas cresceram 6,3% em 2014 e 1,3%

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2012	2013	2014
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	5 760	6 660	9 919
Renegociação ^{2/}	62 030	64 542	65 822
Dívida externa	6 446	7 599	10 197
Outras dívidas junto à União	3 626	3 776	3 768
Dívida reestruturada	274	298	213
Disponibilidades líquidas	-4 823	-5 742	-6 012
Total (A)	73 313	77 135	83 907
Brasil^{3/} (B)	538 538	578 634	655 704
(A/B) (%)	13,6	13,3	12,8

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Fevereiro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	17 074	624	1 843	16 767	1 010	2 220
RS	58 075	-975	4 032	59 464	-890	4 167
SC	8 758	-1 248	-226	8 582	-1 009	22
Total (A)	83 907	-1 599	5 649	84 812	-888	6 409
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	651 710	8 161	65 749
(A/B) (%)	12,8	-14,9	8,4	13,0	-10,9	9,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2014	2015	2015/2014
Grãos	72,0	70 751	76 115	7,6
Soja	40,2	29 533	34 124	15,6
Milho	14,0	24 266	23 281	-4,1
Arroz (em casca)	8,6	9 477	9 644	1,8
Trigo	5,3	5 665	7 204	27,2
Feijão	3,3	1 086	1 007	-7,3
Outras lavouras				
Fumo	8,1	842	857	1,7
Cana-de-açúcar	4,0	50 131	51 618	3,0
Mandioca	3,8	5 483	5 671	3,4
Maçã	1,5	1 372	1 291	-6,0
Uva	1,3	960	1 001	4,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2015.

4/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/PR).

5/ Deflacionado pelo IGP-DI.

6/ Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

em 2015. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), somaram R\$4,1 bilhões no bimestre e R\$20,5 bilhões em doze meses até fevereiro, conforme a STN, com reduções reais de 12,0% e 1,8%, respectivamente.

A estimativa para a safra de grãos do Sul em 2015 atingiu 76,1 milhões de toneladas (38,1% da produção nacional), de acordo com o LSPA de março do IBGE. O incremento de 7,6% em relação a 2014 resultou, em especial, das previsões de aumentos para o trigo (27,2%) e a soja (15,6%). Há projeção de quedas para o milho (-4,1%) e feijão (-7,3%), e, dentre as demais culturas, para a maçã (-6%).

As cotações médias de arroz, milho, feijão, soja e trigo variaram 4,4%, -1%, -3,8%, -8,9% e -22,8%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2015, em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR⁴.

Para o Valor Bruto da Produção (VBP) real⁵ das lavouras, calculado em março pelo Mapa, a expectativa é de crescimento de 0,5% em 2015, destacando-se as projeções de aumentos para soja (6,9%) e trigo (8,7%), e reduções para milho (-12%), feijão (-3%) e arroz (-5,5%).

Os abatimentos de bovinos, aves e suínos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, decresceram 31%, 12,2% e 11%, respectivamente, no primeiro bimestre, em relação a igual intervalo de 2014, conforme o Mapa. No mesmo período, as cotações médias desses produtos cresceram, na ordem, 16,3%, 5,5% e 5,6%, de acordo com a Emater/RS, o Iepe/UFRGS⁶, a Cepa/SC e a Seab/PR; e as respectivas exportações variaram -19,6%, 0,9% e -17,5%, segundo o MDIC.

Conforme estimativa do Mapa, realizada em março, o VBP real da pecuária, corrigido pelo IGP-DI, deverá crescer 3,4% em 2015, com variações de 9,3% em bovinos, 3,3% em suínos, 4% em frango, 5,8% em ovos e -3,2% em leite.

A produção industrial recuou 5,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando crescera 2,6%, na mesma base de

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês ^{1/} (Mar)	Trimestre ^{2/} (Jan-Mar)	Acumulado no ano ^{3/}
Soja	7,6	0,6	-8,9
Arroz (em casca)	-1,3	1,7	4,4
Feijão	-1,8	29,1	-3,8
Milho	2,2	4,9	-1,0
Trigo	1,5	2,9	-22,8

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até março, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul

Fevereiro de 2015

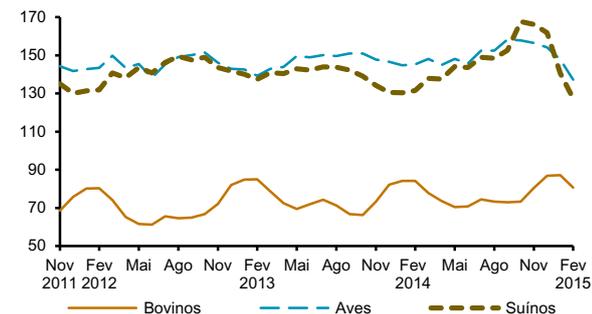
Discriminação	Variação % no ano		
	Abates	Exportações	Preços
	(nº de animais)	(kg)	(R\$)
Bovinos	-31,0	-19,6	16,3
Suínos	-11,0	-17,5	5,6
Aves	-12,2	0,9	5,5

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.4 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2014		2015
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,6	-5,5	-6,5
Produtos alimentícios	19,7	3,5	-3,0	-3,7
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	24,0	-11,7	-19,3
Máquinas e equipamentos	8,8	-2,1	-7,4	-10,7
Derivados petróleo e biocombustíveis	8,3	0,8	-9,5	0,4
Outros produtos químicos	5,7	0,2	-1,8	-5,1
Produtos de metal	5,7	-0,9	-1,7	-6,6
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	-0,8	-14,4	-1,4
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	4,2	-7,6	-5,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

7/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada média da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para os anos de 1998 a 2000.

comparação. Com exceção do segmento produtor de bebidas, os demais assinalaram redução, ressaltando-se veículos automotores, reboques e carrocerias (-11,7%), refino de petróleo e biocombustíveis (-9,5%) e vestuário e acessórios (-14,4%).

Em doze meses até fevereiro, a produção industrial do Sul contraiu 6,5% (-3,6% até novembro), destacando-se as atividades de veículos automotores (-19,3%) e de máquinas e equipamentos (-10,7%).

O Ipci do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 35,0 pontos em março (43,7 pontos em dezembro e 50,5 pontos em março de 2014), ante 37,5 pontos no país, mantendo-se abaixo da linha de indiferença (50 pontos). A deterioração das expectativas quanto à economia brasileira foi o principal determinante da piora do índice nas duas bases de comparação.

O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação do Sul atingiu 57,1 pontos em fevereiro (51,8 pontos em novembro e 50,7 pontos em fevereiro de 2014), segundo Sondagem Industrial da CNI. Note-se que valores acima de 50 pontos refletem estoques efetivos acima dos planejados.

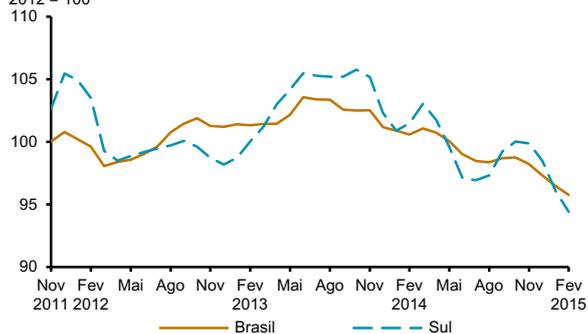
O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul⁷ atingiu 77,8% no trimestre finalizado em fevereiro (79,2% no encerrado em novembro), dados dessazonalizados. Consideradas médias de doze meses até fevereiro, o indicador situou-se em 79,0% (81,4% em 2014).

A balança comercial do Sul foi deficitária em US\$1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2015 (*deficit* de US\$2,5 bilhões no mesmo período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$7,9 bilhões, com recuo de 11,4% na mesma base de comparação, refletindo decréscimos de 1,3% no *quantum* e de 10,2% nos preços. As importações somaram US\$9,7 bilhões, retração de 14,8%, com decréscimo de 6,1% na quantidade e de 9,3% nos preços.

As exportações de manufaturados (47,2% do total) diminuíram 14,6% no trimestre (especialmente polímeros de etileno, -26,2%, partes de motores para veículos, -7,1%, motores, geradores e transformadores elétricos, -14,3%), comparativamente a igual período do ano anterior; as de produtos básicos (44,7% do total) contraíram 9%

Gráfico 5.5 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	8 873	7 862	-11,4	-13,7
Básicos	3 859	3 512	-9,0	-21,2
Industrializados	5 014	4 350	-13,2	-7,1
Semimanufaturados	671	642	-4,2	3,1
Manufaturados ^{1/}	4 343	3 708	-14,6	-10,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	11 372	9 686	-14,8	-13,2
Bens de capital	2 210	1 932	-12,6	-10,9
Matérias-primas	5 748	5 102	-11,2	-10,0
Bens de consumo	2 205	2 030	-7,9	-11,5
Duráveis	1 144	952	-16,8	-19,5
Não duráveis	1 061	1 078	1,6	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	1 209	621	-48,6	-26,6

Fonte: MDIC/Secex

(variações de -34,2% em soja, e -25,7% em milho); e as de semimanufaturados (8,2% do total) recuaram 4,2% (couros e peles, -14,4%). China, EUA, Argentina e Países Baixos adquiriram, em conjunto, 30,5% das vendas externas do Sul nos três primeiros meses de 2015, com variações respectivas de -38,5%, 2,1%, -28% e -12,8%.

As importações de matérias-primas e de produtos intermediários (52,7% do total) variaram -11,2% no primeiro trimestre de 2015 (partes e peças para veículos, -22,5%, naftas, -17,5%) em relação a igual trimestre de 2014; as de bens de consumo (21% do total) diminuíram 7,9% (automóveis, -36,7%); as de bens de capital (20% do total) decresceram 12,6% (veículos de carga, -19,9%); e as de combustíveis (6,4% do total) recuaram 48,6%. As importações provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 44,7% das compras da região no trimestre, com variações de 5,2%, -20,7% e -9,3%, respectivamente.

A inflação no Sul⁸ situou-se em 4,13% no primeiro trimestre de 2015, ante 1,76% no último de 2014, reflexo das acelerações nos preços livres, de 1,71% para 2,62%, e, com maior intensidade, nos preços monitorados, de 1,93% para 9,39%, que repercutiu, especialmente, o reajuste da tarifa de energia elétrica residencial, 45,45% (1,38 p.p.), seguido da alta nos preços da gasolina, 9,26%.

O comportamento dos preços livres refletiu o aumento nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 0,98% para 2,43%, destacando-se os desempenhos dos preços dos alimentos do segmento (carnes, 4,37%; leites e derivados, 3,26%) e automóvel novo, 7,24%; e nos bens não comercializáveis, de 2,40% para 2,80%, onde também sobressaíram elevações em itens de alimentação (tubérculos, 34,52%, e alimentação fora do domicílio, 3,27%), além da alta sazonal em cursos regulares, 7,66%, cujos impactos foram em parte mitigados pela retração de 40,44% nos preços de passagens aéreas.

O índice de difusão atingiu 66,2% no primeiro trimestre de 2015 (58,8% em dezembro e 62,6% em igual período de 2014).

O IPCA Sul acumulou alta de 8,91% em doze meses encerrados em março (6,72% em 2014), com ênfase na variação mais intensa dos preços monitorados, de 6,14% para 16,07%. Ressalte-se que o impacto da recente majoração

8/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

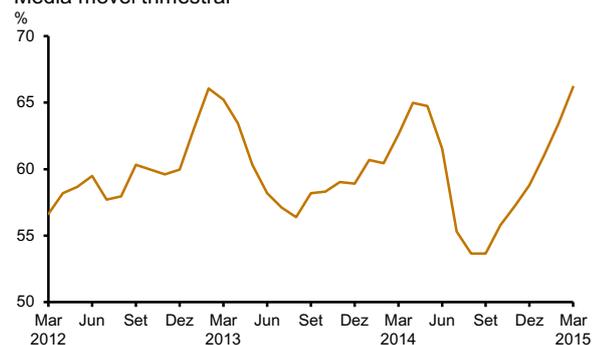
Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,93	0,84	1,76	4,13
Livres	77,2	1,98	0,42	1,71	2,62
Comercializáveis	37,2	2,14	0,44	0,98	2,43
Não comercializáveis	40,0	1,83	0,41	2,40	2,80
Monitorados	22,8	1,77	2,29	1,93	9,39
Principais itens					
Alimentação	24,9	1,84	0,24	2,27	3,97
Habituação	15,0	2,55	3,98	2,29	10,74
Artigos de residência	4,6	1,42	0,81	0,27	1,15
Vestuário	6,8	2,68	-0,22	1,84	-0,09
Transportes	19,3	0,59	-0,13	2,21	4,51
Saúde	11,2	3,09	1,26	0,96	1,68
Despesas pessoais	10,4	3,62	-0,10	1,62	2,54
Educação	4,1	0,26	1,20	0,37	6,27
Comunicação	3,8	0,12	0,41	0,13	-1,32

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2015.

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

dos preços monitorados, em processo de realinhamento com os preços livres, tende a permanecer pressionando a inflação acumulada em doze meses até o primeiro trimestre do próximo ano, quando então deverá contribuir com recuo de cerca de 2 p.p. no índice geral. A variação dos preços livres no acumulado de doze meses, manteve-se em 6,89%, resultando da aceleração nos preços dos bens comercializáveis, de 5,39% para 6,10%, e do arrefecimento nos não comercializáveis, de 8,34% para 7,64%.

A atividade econômica da região encontra-se abaixo do potencial, refletindo, sobretudo, a dinâmica do setor industrial, com impactos negativos sobre o mercado de trabalho e a massa de rendimentos. Contudo, para os próximos trimestres, as estimativas positivas para a produção agrícola e o maior crescimento do mercado internacional tendem a favorecer a economia da região.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados

2002 = 100

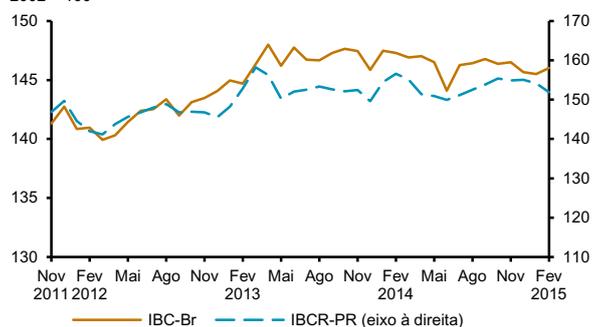
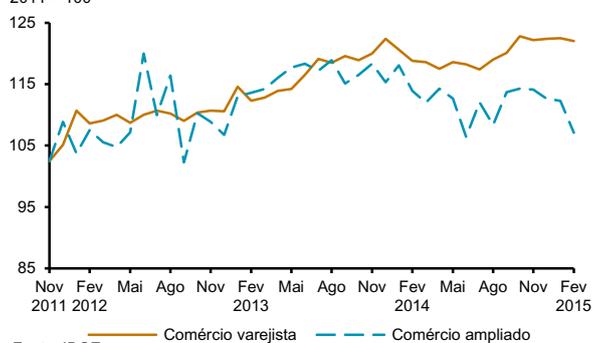


Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	3,0	0,5	1,6
Combustíveis e lubrificantes	5,2	2,6	-0,1	2,9
Hiper e supermercados	3,2	3,3	1,3	3,2
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	1,6	-4,6	-1,5
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	4,5	-2,4	-5,4
Comércio ampliado	-3,0	4,7	-2,9	-5,0
Automóveis e motocicletas	-10,5	9,7	-8,9	-13,7
Material de construção	-3,3	0,6	-5,9	-6,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Indicadores recentes da economia paranaense apontaram trajetória de desaceleração da atividade, em particular nos setores industrial e de serviços. Nesse contexto, o IBCR-PR recuou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando crescera 2,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 0,3% em fevereiro (0,4% em novembro). Estimativas preliminares do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades) apontam aumento de 0,8% do PIB do Paraná de 2014, em relação a 2013, período em que o IBCR-PR variou 0,6%.

As vendas do comércio varejista no estado cresceram 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro de 2015, em relação ao finalizado em novembro, quando aumentaram 3,0%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Assinalem-se as expansões nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+3,2%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (+2,7%). As vendas do comércio ampliado, que incluem as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças (-8,9%) e de material de construção (-5,9%), recuaram 2,9% no trimestre (+4,7% em novembro de 2014).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio varejista paranaense cresceram 1,6% em fevereiro de 2015 (3,2% em novembro de 2014), em relação a igual período do ano anterior. Destacaram-se o aumento de 6,7% nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, e o recuo de 22,6% nas de livros, jornais, revistas e papelaria. Incorporadas as vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, com reduções respectivas de 13,7% e 6,8%, o comércio ampliado contraiu 5,0% no período (2,1% em novembro).

As vendas de automóveis e veículos comerciais diminuíram 34,2% no trimestre encerrado em março de 2015, em relação ao finalizado em dezembro de 2014, de acordo com dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-PR) e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR). Na comparação interanual do primeiro trimestre de 2015, essas vendas recuaram 19,5%.

Tabela 5.16 – Receita nominal de serviços – Paraná

Segmentos	Variação % no período			
	2014		2015	
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Total	3,2	3,2	0,2	3,9
Serviços prestados às famílias	3,6	4,2	7,2	7,0
Serviços de informação e comunicação	1,8	3,6	-0,4	4,4
Serviços profissionais e administrativos	10,0	8,8	11,4	11,4
Transportes e correio	2,1	0,8	-3,6	0,5
Outros serviços	0,7	5,2	-3,6	7,7

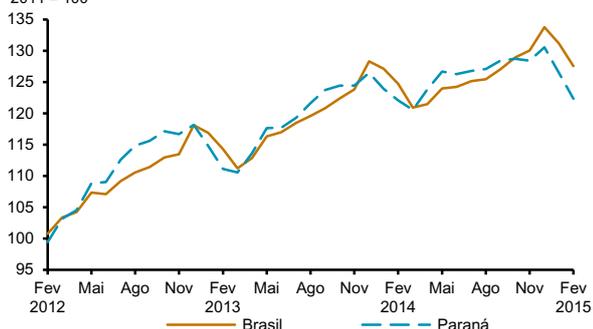
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.10 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

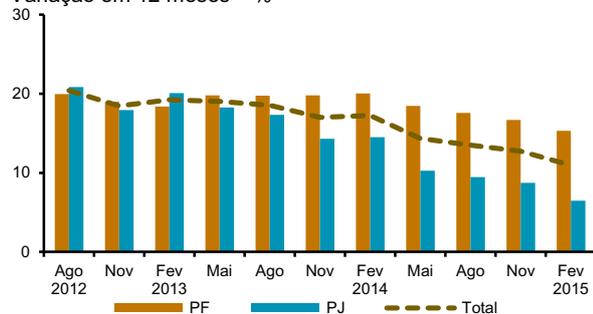
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A receita nominal do setor de serviços do Paraná cresceu 0,2% no trimestre finalizado em fevereiro de 2015 (3,2% no encerrado em novembro de 2014), em relação a igual período dos anos de 2014/2013, de acordo com a PMS, do IBGE. Sobressaíram as expansões nos segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares (11,4%) e serviços prestados às famílias (7,2%). Considerados períodos de doze meses, as receitas do setor de serviços aumentaram 3,9% em fevereiro de 2015 (6,2% em novembro), com destaque para os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares (11,4%) e outros serviços⁹ (7,7%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$204,7 bilhões em novembro, elevando-se 2,5% no trimestre e 10,9% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados variaram, na ordem, 3,7% e 17,5% e os realizados com recursos livres, 1,2% e 4,1%, respectivamente, nos mesmos períodos de comparação.

Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$107,3 bilhões, aumentando 3,3% no trimestre e 15,3% em doze meses, com destaque para as modalidades crédito pessoal consignado (recursos livres) e financiamentos imobiliários (recursos direcionados). A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$97,4 bilhões, crescendo 1,7% e 6,5%, respectivamente, com destaque para as contratações nas modalidades financiamentos a exportação (recursos livres) e BNDES (recursos direcionados).

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 2,44% em fevereiro, aumentando 0,06 p.p. no trimestre e 0,05 p.p. em relação ao mesmo mês de 2014. A trajetória trimestral levou a elevações de 0,05 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,07 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, cujas taxas alcançaram, na ordem, 2,73% e 2,11%.

O mercado de trabalho paranaense eliminou 33,9 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 5,4 mil em igual período de 2014, de acordo com o Caged/MTE. A redução ocorreu de forma mais pronunciada na indústria de transformação, 12,6 mil vagas, seguida pelo comércio e serviços, 9,3 mil e 4,3 mil vagas, respectivamente. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) houve redução de 15,3 mil empregos formais no trimestre, concentrada no comércio (4,1 mil), na construção civil (3,6 mil) e no setor de serviços (3,6 mil).

9/ Inclui os serviços: atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais. IBGE, PMS.

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-5,4	25,2	5,1	16,0	-33,9
Indústria de transformação	-6,5	3,8	-4,6	-0,9	-12,6
Comércio	-3,3	3,6	0,4	12,3	-9,3
Serviços	4,6	12,3	7,7	7,1	-4,3
Construção civil	2,9	3,4	-0,3	-2,3	-4,9
Agropecuária	-3,3	1,8	1,5	-0,3	-2,9
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0
Outros ^{2/}	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2013	2014	2013	2014
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do Paraná	-273	624	1 451	1 219
Governo estadual	132	895	1 262	1 141
Capital	-156	418	17	20
Demais municípios	-249	-689	172	57

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2014
		2013	Nominal	Outros ^{3/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Dez	
Estado do Paraná	15 527	624	1 219	1 843	-296	17 074
Governo estadual	15 481	895	1 141	2 036	251	17 767
Capital	91	418	20	438	-22	507
Demais municípios	-45	-689	57	-632	-524	-1 201

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

O resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná foi deficitário em R\$624 milhões em 2014 (*superavit* de R\$273 milhões em 2013). Houve aumento de 577% no *deficit* do governo estadual, reversão de *superavit* para *deficit* no resultado da capital (de R\$156 milhões para R\$418 milhões), e aumento de 176,9%, de R\$249 milhões para R\$689 milhões, no *superavit* dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,2 bilhão em 2014 (R\$1,5 bilhão em 2013), e o resultado nominal foi deficitário em R\$1,8 bilhão em 2014 (R\$1,2 bilhão em 2013).

A dívida líquida atingiu R\$17,1 bilhões em dezembro de 2014, elevando-se 10,0% em relação a dezembro de 2013.

A safra de grãos do Paraná, de acordo com estimativas do LSPA de março do IBGE, deverá aumentar 4% em 2015, totalizando 37 milhões de toneladas – 18,5% da produção do país. A produção de soja deverá atingir o recorde de 17 milhões de toneladas, com expansão de 14,8% comparativamente ao volume colhido em 2014, em área cultivada 3,7% superior à da safra anterior. A produção de milho, por outro lado, deverá recuar 6,8% no ano, totalizando 14,6 milhões de toneladas, refletindo, em grande parte, as reduções de 18,8% e de 1,7% nas áreas cultivadas na primeira e na segunda safra, respectivamente. A safra anual de feijão deverá recuar 7,5%, totalizando 768 milhões de toneladas, por efeito dos recuos respectivos de 19,4% e 20,4% nas áreas cultivadas na primeira e na segunda safra.

A primeira estimativa relativa ao cultivo de trigo no estado, divulgada em março pela Seab/PR e pelo Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), aponta incremento de 7% na produção comparativamente à de 2014, a despeito da diminuição de 3% na área cultivada do cereal, devendo alcançar 4,0 milhões de toneladas no ano, reflexo de expansão de 10% na produtividade.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 3,5%, -0,2% e 1,9% em 2014, respectivamente, representando, na ordem, 32,1%, 21,7% e 3,9% dos abates realizados no país, enquanto os preços médios recebidos pelos produtores no estado, de acordo com a Seab/Deral, aumentaram 1,8%, 15,5% e 22,2%, respectivamente, no ano. No primeiro bimestre de 2015, os abates de aves, suínos e bovinos variaram -3,0%, 4,1% e -28,3%, na ordem, em relação à igual

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2015/2014
		Produção ^{2/}		
		2014	2015	
Grãos ^{3/}	74,8	35 610	37 029	4,0
Soja	45,7	14 806	16 999	14,8
Milho	18,2	15 726	14 650	-6,8
Feijão	5,3	830	768	-7,5
Trigo	4,5	3 721	4 045	8,7
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,9	49 087	50 769	3,4
Mandioca	4,6	3 815	4 088	7,2
Fumo	3,0	172	185	7,6

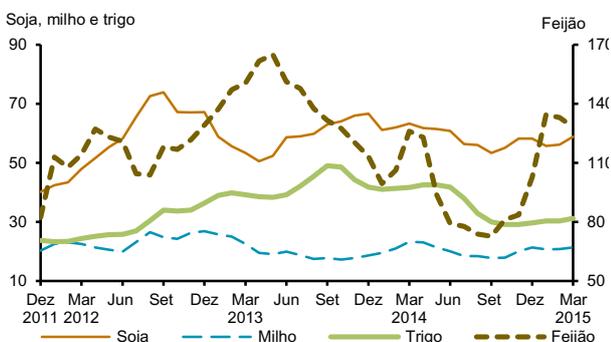
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2015.

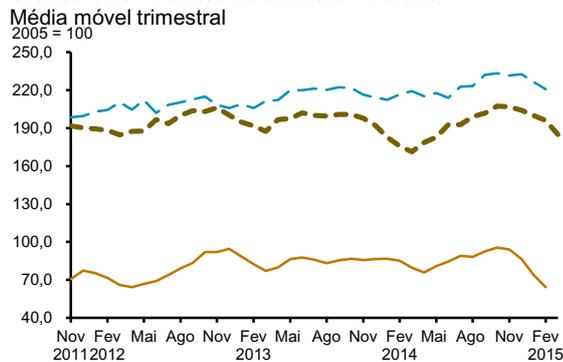
3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

Gráfico 5.12 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Paraná (R\$/saca)



Fonte: Seab/Deral

Gráfico 5.13 – Abates de animais – Paraná



Fonte: Mapa

período do ano anterior, representando, 31,8%, 20,7% e 3,1% dos realizados no país, enquanto os preços médios recebidos pelos produtores variaram, respectivamente, -1,4%, 1,6% e 23,2%, na mesma base de comparação.

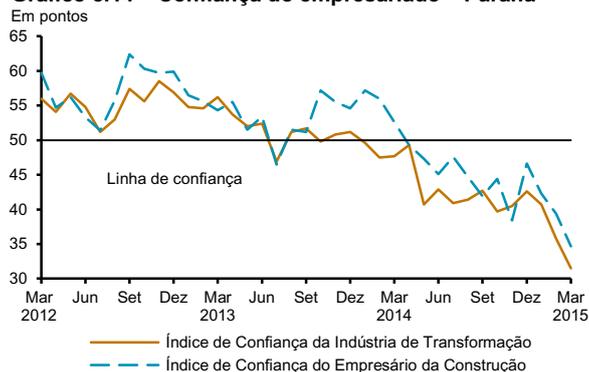
O Índice de Confiança⁷ do Empresário da Indústria de Transformação situou-se em 31,5 pontos em março (42,6 pontos em dezembro), permanecendo na área de pessimismo pelo décimo quinto mês consecutivo. Houve deterioração nos componentes relacionados às expectativas para a atividade e às condições econômicas atuais. O Índice de Confiança do Empresário da Construção situou-se em 34,7 pontos em março (46,6 pontos em dezembro). Esse resultado repercutiu recuos nos componentes relacionados às expectativas para a atividade e no relativo às condições econômicas atuais.

A produção da indústria paranaense recuou 3,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando crescera 2,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em dez das treze atividades pesquisadas, destacando-se as observadas nos segmentos de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, 9,3%; e fabricação de produtos de minerais não metálicos, 7,6%.

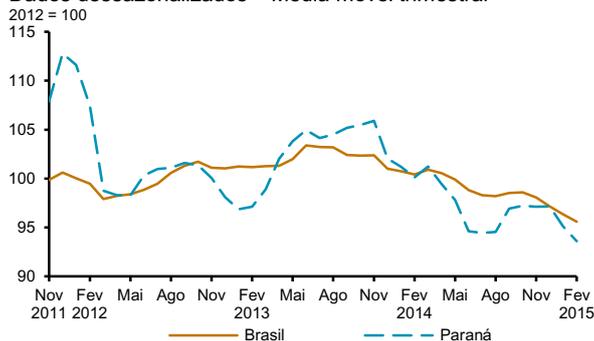
Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 8,3% em fevereiro (5,9% em novembro), ressaltando-se os decréscimos nos segmentos veículos automotores, reboques e carrocerias (29,0%), máquinas e equipamentos (15,6%) e móveis (8,7%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 4,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando cresceram 4,0%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fiep. Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, resalte-se as diminuições nas vendas de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos (16,5%), artigos de borracha e plástico (14,1%), máquinas e equipamentos (11,8%), coque, refino de petróleo e produção de álcool (10,7%) e fabricação e montagem de veículos automotores (9,4%). O número de horas trabalhadas e o de pessoas empregadas na indústria recuaram 0,3% e 1,1%, respectivamente, no trimestre. O Nuci atingiu média de 73,2% no trimestre encerrado em fevereiro (74,1% no finalizado em novembro).

7/ O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação – Paraná (Icet-PR), e o Índice de Confiança do Empresário da Construção – Paraná (Icec-PR), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), são compostos pelo Índice de Condições Atuais (peso 1) e pelo Índice de Expectativas (peso 2). Os dois indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas. A metodologia pondera as respostas pelo tamanho da empresa, dado pelo número de empregados.

Gráfico 5.14 – Confiança do empresariado – Paraná**Gráfico 5.15 – Produção industrial – Paraná**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

**Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2014		2015
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,8	-3,6	-8,3
Produtos alimentícios	22,7	4,0	-2,7	-6,5
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	0,9	-9,3	1,2
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	9,1	-1,6	-29,0
Máquinas e equipamentos	6,7	0,3	-6,3	-15,6
Celulose e prod. papel	5,5	7,1	1,2	3,3
Outros produtos químicos	4,7	-5,2	7,3	-0,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres. encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 704	3 004	-18,9	-13,7
Básicos	1 900	1 389	-26,9	-21,2
Industrializados	1 804	1 615	-10,5	-7,1
Semimanufaturados	348	340	-2,3	3,1
Manufaturados ^{1/}	1 456	1 276	-12,4	-10,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

11/ Mensurado pela diferença entre a variação acumulada nos últimos doze meses nas vendas totais da indústria e nas compras de insumos industriais, dados da Fiep.

A análise em doze meses indica que as vendas reais diminuíram 8,1% em fevereiro, relativamente a igual período do ano anterior (6,0% em novembro), com destaque para as reduções nas atividades fabricação e montagem de veículos automotores (21,8%), e artigos de borracha e plástico (16,5%). O nível de estoques¹¹ de insumos da indústria paranaense aumentou 0,3 p.p. em fevereiro (-3,1 p.p em novembro), na mesma base de comparação.

As vendas de caminhões e ônibus no estado diminuíram 50,8% no trimestre encerrado em março de 2015, em relação ao finalizado em dezembro de 2014, e recuaram 46,8% em relação a trimestre janeiro/março de 2014, de acordo com a Fenabreve-PR e o Sincodiv-PR.

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 13,3 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais no primeiro trimestre de 2015 (variações respectivas de 8,5% e de 68,9% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2014); e concedeu 1,6 mil alvarás de construção imobiliária (recuos respectivos de 85% e 69%, nas mesmas bases de comparação). Nesse cenário de aumento de oferta de imóveis novos, os preços dos imóveis em Curitiba recuaram 1,2% em 2015, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, a menor variação dentre as capitais abrangidas pelo indicador.

O comércio exterior do estado foi deficitário em US\$212 milhões em 2015 (*deficit* de US\$237 milhões em 2014), refletindo, em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, reduções de 18,9% nas exportações e de 18,4% nas importações, que alcançaram US\$3,0 bilhões e US\$3,2 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações, com recuos de 16,3% no *quantum* e de 3,1% nos preços, refletiu reduções de 26,9% nas vendas de produtos básicos (soja mesmo triturada, -57,5%; carne de frango congelada, 5,3%); de 12,4% nas de manufaturados (automóveis de passageiros, -77,2%); e de 2,3% nas de semimanufaturados (couros e peles, -27,3%). As exportações para China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 27,8% dos embarques do estado em 2015, assinalando-se a elevação de 46,6% nas vendas de carne de frango para a China e a redução de 85,8% nas de automóveis para a Argentina.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 941	3 216	-18,4	-13,2
Bens de capital	879	709	-19,3	-10,9
Matérias-primas	2 078	1 761	-15,3	-10,0
Bens de consumo	520	496	-4,6	-11,5
Duráveis	342	311	-9,3	-19,5
Não duráveis	178	185	4,3	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	464	250	-46,1	-26,6

Fonte: MDIC/Secex

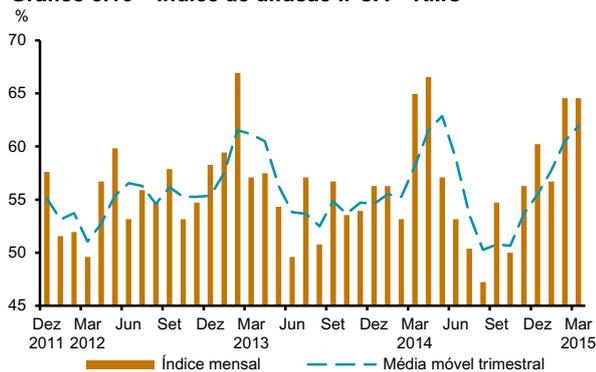
Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,7	1,07	1,56	4,07
Livres	78,0	1,9	0,34	1,69	2,36
Comercializáveis	37,0	1,8	0,57	0,67	2,54
Não comercializáveis	40,9	2,1	0,12	2,63	2,20
Monitorados	22,0	1,0	3,84	1,08	10,32
Principais itens					
Alimentação	23,7	2,2	0,07	2,15	4,07
Habitação	16,0	1,8	5,71	1,29	10,13
Artigos de residência	4,5	0,4	0,97	0,07	0,88
Vestuário	7,2	1,1	0,66	1,23	0,94
Transportes	20,3	-0,1	-0,43	2,26	4,15
Saúde	11,2	3,2	1,72	1,16	1,52
Despesas pessoais	9,9	4,5	-0,76	1,63	1,72
Educação	3,5	0,7	0,86	0,33	6,85
Comunicação	3,7	0,1	0,45	-0,10	-0,57

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2015.

Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC



Fonte: IBGE

A trajetória das importações repercutiu variações de -5,4% nos preços e de -13,8% no *quantum*. Ressaltam-se os recuos de 19,3% nas importações de bens de capital (veículos de carga, -38,7%) e de 9,3% nas de bens duráveis (automóveis de passageiros, -6,3%). As importações provenientes da China, Estados Unidos e Argentina representaram, em conjunto, 36,5% das compras externas do estado no período, tendo havido redução de 69,7% nas aquisições de adubos ou fertilizantes da China, recuo de 38,7% nas compras de veículos de carga da Argentina e redução de 94,3% nas de automóveis de passageiros da Alemanha.

O IPCA da RMC variou 4,07% no trimestre encerrado em março (1,56% no finalizado em dezembro), resultado de aceleração nos preços livres, de 1,69% para 2,36%, e nos monitorados, de 1,08% para 10,32%. Assinale-se os impactos das variações de preços nos grupos habitação (1,62 p.p.) e alimentação e bebidas (0,97 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 0,67% para 3,51% e desaceleração dos não comercializáveis, 2,63% para 0,99%. O aumento na inflação dos bens monitorados foi impactado pelo reajuste de 32,73% no item energia elétrica residencial ocorrido em março. O índice de difusão atingiu média de 61,9% no trimestre encerrado em março (55,5% no finalizado em dezembro).

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres seguem semelhantes às vislumbradas na última edição do Boletim Regional: estão condicionadas à evolução da safra agrícola, à recuperação da confiança dos agentes econômicos e aos efeitos do novo patamar da taxa de câmbio na balança comercial do estado. Relativamente à demanda doméstica, o cenário ainda é de moderação, haja vista a redução da renda disponível por parte dos consumidores (ajuste fiscal nas três esferas de governo e inflação) e queda nos investimentos públicos (ajustes fiscais) e privados (aversão à incerteza do ambiente econômico).

Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul



Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Dezembro de 2014

Discriminação	IV trim. 2014 / III trim. 2014 ^{1/}	Var. %	
		Acum. 4 trim.	
PIB	-0,1	0,0	
Impostos	-0,1	-1,1	
VAB	-0,3	0,1	
Agropecuária	-4,5	0,6	
Indústria	-1,7	-3,2	
Serviços	0,6	1,2	

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014		2015	
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	0,8	-3,2	0,4
Combustíveis e lubrificantes	5,5	1,1	-5,8	1,6
Hiper e supermercados	1,5	0,1	-1,4	0,3
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	1,1	-3,1	-4,4
Móveis e eletrodomésticos	1,1	4,6	-9,5	-3,3
Comércio varejista ampliado	0,3	5,1	-5,3	-3,2
Automóveis e motocicletas	-4,6	11,1	-7,2	-10,5
Material de construção	4,2	3,7	-4,0	1,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Rio Grande do Sul

O PIB do Rio Grande do Sul permaneceu estável em 2014, segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), refletindo crescimentos de 0,6% no Valor Adicionado Bruto (VAB) na agropecuária e 1,2% no setor de serviços, e retração de 3,2% na indústria.

Na margem, houve contração da atividade econômica, evidenciada pela retração de 1,8% do IBCR-RS no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao findo em novembro, quando crescera 1,6%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 1,3% em fevereiro (crescimento de 0,3% em novembro).

O volume de vendas do comércio varejista diminuiu 3,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao findo em novembro, quando aumentara 0,8% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. As nove atividades pesquisadas contraíram as vendas, com destaque para móveis e eletrodomésticos (-9,5%), e combustíveis (-5,8%). O comércio ampliado, incorporadas variações de -7,2% nas vendas automotivas e de -4,0% nas de material de construção, decresceu 5,3% no trimestre (aumento de 5,1% no trimestre até novembro).

Em doze meses até fevereiro, houve crescimento de 0,4% nas vendas do varejo (3,0% até novembro), destacando-se as elevações em outros artigos de uso pessoal e doméstico (5,7%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (6,0%). Considerando a redução de 10,5% nas vendas automotivas e o aumento de 1,2% nas de material de construção, o comércio ampliado recuou 3,2% (1,4% em novembro).

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado totalizou 39,4 mil unidades no primeiro trimestre de 2015, segundo a Fenabreve, recuando 23,1% em relação a igual período do ano anterior. Em nível nacional, a variação atingiu -15,0% na mesma base de comparação.

A receita nominal do setor de serviços do estado aumentou 1,2% no trimestre finalizado em fevereiro, na comparação com igual período de 2014 (5,5% no trimestre até novembro), segundo a PMS do IBGE. Destacaram-se as elevações nos segmentos outros serviços (12,8%) e serviços prestados às famílias (8,0%). A análise em doze

Tabela 5.27 – Receita nominal de serviços – Rio Grande do Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

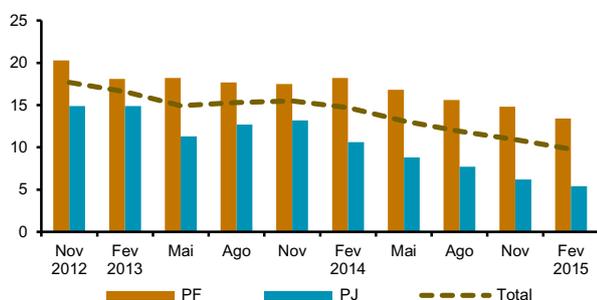
Segmentos	Var. %			
	2014		2015	
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Total	4,3	5,5	1,2	3,3
Serviços prestados às famílias	10,1	7,9	8,0	9,0
Serviços de informação e comunicação	7,3	8,3	1,7	5,5
Serviços profissionais e administrativos	0,8	7,5	3,5	2,1
Transportes e correios	1,4	-0,1	-3,2	-0,1
Outros serviços	13,2	18,5	12,8	13,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

meses mostra que a receita nominal de serviços aumentou 3,3% em fevereiro (4,6% em novembro), destacando-se as elevações nos segmentos outros serviços (13,3%) e serviços prestados às famílias (9,0%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no estado totalizou R\$194 bilhões em fevereiro, com crescimentos de 1,8% no trimestre e 9,8% em doze meses. As operações com recursos direcionados aumentaram, na ordem, 2,8% e 14,9%, e as efetivadas com recursos livres, 0,7% e 4,6%, respectivamente, nos mesmos períodos de comparação.

A carteira de operações com pessoas físicas atingiu R\$110,5 bilhões, elevando-se 2,5% e 13,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, sobressaindo a ampliação dos financiamentos imobiliários, financiamentos junto ao BNDES e crédito pessoal consignado. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$83,5 bilhões, variando 0,9% no trimestre e 5,4% em doze meses, ressaltando-se o crescimento das contratações do setor de serviços, especialmente outros serviços e SIUP.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 2,9% em fevereiro (2,7% em novembro de 2014), reflexo de aumento de 0,4 p.p., para 3,1%, no segmento de pessoas jurídicas, e de estabilidade, em 2,7%, no de pessoas físicas.

O Icec divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), atingiu 88,5 pontos em março (102,7 pontos em dezembro e 125,3 pontos em março de 2014), tendo se situado na zona que denota falta de confiança nos três primeiros meses do ano, refletindo, em especial, a percepção quanto ao momento atual da economia brasileira. O indicador que mede as expectativas para os próximos seis meses manteve-se na zona de otimismo, situando-se em 115,2 pontos.

O percentual de famílias endividadas¹² atingiu, em média, 49,2% no primeiro trimestre (51,1% em igual período de 2014), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da CNC. Nessa base de comparação, o percentual de famílias com contas em atraso que não deverão ser pagas nos próximos trinta dias aumentou de 5,2% para 8,5%.

12/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul
Novos postos de trabalho

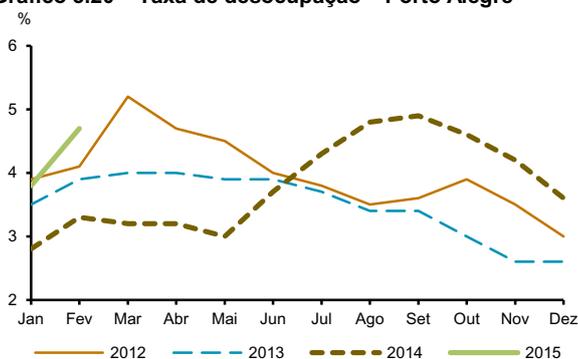
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014				2015
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	8,1	18,2	-12,6	15,2	-25,0
Indústria de transformação	0,4	7,5	-12,4	-11,2	-9,3
Comércio	-1,9	2,6	-2,6	14,5	-7,9
Serviços	3,6	13,4	6,0	7,5	-3,7
Construção civil	2,5	1,2	-3,4	-0,4	-5,9
Agropecuária	3,7	-7,3	0,0	5,0	2,2
Serviços ind. de utilidade pública	-0,1	0,2	-0,1	0,0	0,2
Outros ^{2/}	0,0	0,6	-0,1	-0,1	-0,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

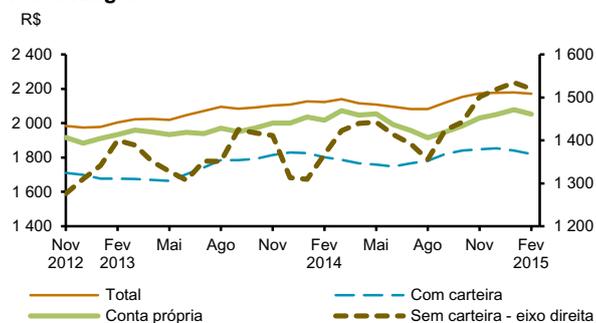
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de fevereiro de 2015, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2013	2014	2013	2014
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
RS	-2 317	-975	5 284	5 007
Governo estadual	-2 294	-887	5 253	4 975
Capital	6	113	27	40
Demais municípios	-29	-201	4	-7

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

13/ Dados corrigidos pelo IGP-DI.

A economia do Rio Grande do Sul eliminou 25 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro (ante geração de 8,1 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE. A retração no mercado de trabalho repercutiu a eliminação de vagas em cinco dos oito setores pesquisados, principalmente na indústria de transformação, -9,3 mil (-2,3 mil na indústria mecânica e -2 mil em material de transporte), e no comércio, -7,9 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal diminuiu 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando variou -0,1% na mesma base de comparação, destacando-se os recuos de 1,9% na construção civil e de 1% na indústria de transformação.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 4% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 2,9% em igual período de 2014, de acordo com a PME do IBGE, refletindo elevações de 1,6% na população ocupada e de 2,8% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 4,5% no trimestre findo em fevereiro (4,8% no encerrado em novembro), enquanto o rendimento médio real habitual e a massa salarial real mantiveram relativa estabilidade, com variações de -0,1% e 0,1%, na ordem.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiram *superavit* primário de R\$975 milhões em 2014 (R\$2,3 bilhões em 2013), desempenho decorrente da retração de 61,3% no resultado positivo no governo estadual e ampliação no *deficit* da capital, mitigados pelo maior *superavit* dos principais municípios gaúchos. Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$5,0 bilhões (R\$5,3 bilhões em 2013), implicando resultado nominal deficitário de R\$4,0 bilhões no ano (R\$3,0 bilhões no anterior).

A dívida líquida do estado aumentou em R\$5,1 bilhões no ano, totalizando R\$58,1 bilhões em 2014, refletindo expansão no âmbito do governo estadual.

A arrecadação de ICMS atingiu R\$4,4 bilhões no primeiro bimestre de 2015, segundo a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, com acréscimo real de 0,7% em relação a igual período de 2014. Em doze meses até fevereiro, a arrecadação real permaneceu estável. As transferências da União ao estado somaram R\$1,6 bilhão no bimestre e R\$7,9 bilhões em doze meses, de acordo com a STN, com recuos reais de 13,0% e 1,5%, respectivamente¹³.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					Divida ^{2/} 2014 Dez
	Divida 2013 Dez	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
		Nominal Primário	Juros	Total ^{3/}		
RS	52 948	-975	5 007	4 032	1 094	58 075
Governo estadual	52 912	-887	4 975	4 088	994	57 994
Capital	225	113	40	153	19	398
Demais municípios	-189	-201	-7	-208	81	-317

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

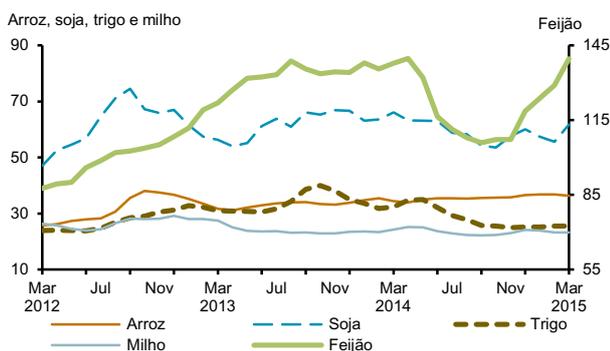
Discriminação	Pesos ^{1/}	Produção ^{2/}		Variação % 2015/2014
		Em mil toneladas		
		2014	2015	
Grãos	74,8	28 799	32 456	12,7
Soja	40,2	13 041	15 114	15,9
Arroz	17,7	8 241	8 396	1,9
Milho	8,2	5 390	5 504	2,1
Trigo	7,0	1 671	2 897	73,4
Feijão	0,7	111	97	-12,4
Outras lavouras				
Fumo	10,0	413	416	0,7
Mandioca	3,5	1 181	1 149	-2,7
Uva	2,1	813	848	4,3
Maçã	1,6	690	597	-13,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2015.

Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

No âmbito agrícola, a estimativa para a safra gaúcha de grãos de 2015 indica novo recorde de produção, alcançando 32,5 milhões de toneladas (16,1% da produção nacional), de acordo com o LSPA de março do IBGE. A previsão de incremento de 12,7% reflete, em especial, as expectativas de aumentos para o trigo (73,4%) e a soja (15,9%). Assinale-se a estimativa de redução em 12,4% na produção de feijão, cultivo que vem diminuindo a cada ano, como consequência da falta de mão-de-obra, da volatilidade dos preços do produto e das dificuldades na comercialização, bem como do preço mais atrativo da soja. Dentre as demais culturas, destaque-se a redução prevista para a produção de maçã (-13,6%).

Relativamente às cotações médias dos principais produtos do estado, segundo a Emater/RS, houve reduções trimestrais nas cotações de trigo (-22%), soja (-9,3%), feijão (-4,6%) e milho (-1%), e aumento de 5,2% na do arroz, na comparação com o mesmo trimestre de 2014.

O VBP real dos principais produtos agrícolas do estado, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 3,9% em 2015, de acordo com estimativa de março do Mapa. As variações do VBP real previstas para as principais culturas alcançaram 48,2% para o trigo, 10% para soja, -0,3% para milho, -5,6% para o arroz e -12,7% para o feijão.

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, recuaram 13,8%, 8,4% e 5%, respectivamente, nos dois primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 2,5%, 24% e 14,8% dos abates no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os preços médios de bovinos, suínos e aves aumentaram, na ordem, 25,1%, 13,2% e 5,8%, conforme a Emater/RS e o Iepe/UFRGS. As exportações de carnes bovina, suína e de aves diminuíram 12%, 15,3% e 8,5%, respectivamente, de acordo com o MDIC.

A produção gaúcha de leite, que responde por 14% do total nacional, diminuiu 0,8% no ano de 2014, em relação a 2013, de acordo com o IBGE. No primeiro trimestre de 2015, o preço do produto recuou 8%, segundo a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 2,1% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em março. Estão projetados

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
 Fevereiro de 2015

Discriminação	Variação % no ano		
	Produção	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates^{1/}			
Bovinos	-13,8	-12,0	25,1
Suínos	-8,4	-15,3	13,2
Aves ^{2/}	-5,0	-8,5	5,8
Leite ^{3/}	-0,8	-	-8,0

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até dezembro/2014. Preços até mar/2015

Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

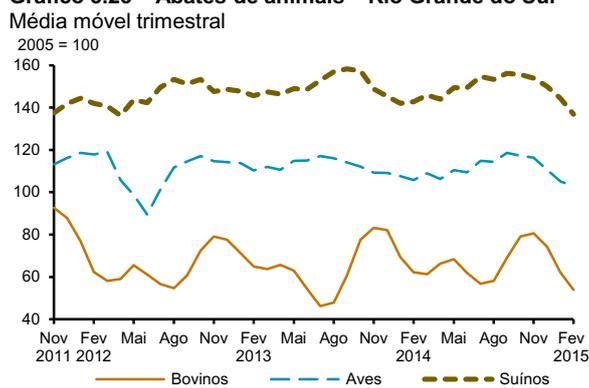


Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
 Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

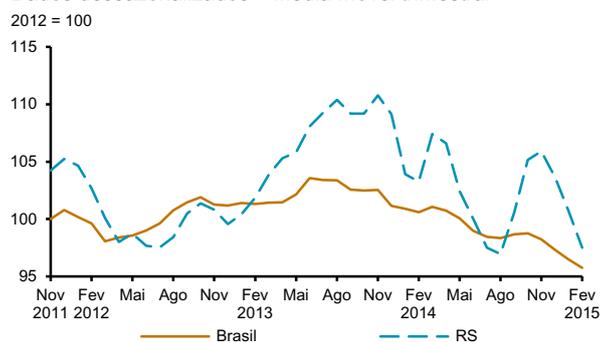


Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
 Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2014	2015	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	6,0	-6,9	-6,7
Produtos alimentícios	16,4	2,0	-2,6	-1,6
Veículos automotores	13,8	31,9	-22,4	-10,3
Máquinas e equipamentos	12,0	-5,5	-13,3	-10,6
Outros produtos químicos	10,3	1,5	-5,4	-7,0
Artef. couro e calçados	8,9	4,5	-1,5	-5,1
Produtos de metal	8,5	-3,1	-2,3	-7,2
Prod. borracha e plástico	5,0	5,1	-7,6	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

aumentos nos VBP de bovinos (11,2%), suínos (1%), frangos (1,4%) e ovos (2,4%), e redução de 3,8% no associado à produção de leite.

A produção industrial no trimestre encerrado em fevereiro contraiu 6,9% comparativamente ao trimestre anterior, quando crescera 6,0%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Onze das treze atividades pesquisadas tiveram desempenho desfavorável, especialmente veículos automotores (-22,4%), máquinas e equipamentos (-13,3%) e borracha e plástico (-7,6%).

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial manteve trajetória declinante, decrescendo 6,7% em fevereiro (-4,2% em novembro), com destaque para a metalurgia (-18,7%).

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 5,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao findo em novembro, quando crescera 1,6%, conforme dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), destacando-se as reduções nas compras industriais (-12,3%) e no faturamento real (-11,3%). Em doze meses até fevereiro, o IDI recuou 6,1%, refletindo retração em todas as variáveis que compõem o indicador, sobressaindo a diminuição de 13,5% no volume de compras industriais.

O Ipei atingiu 35,7 pontos em março (51,9 pontos em igual mês de 2014), segundo a Fiergs, mantendo-se abaixo da linha de neutralidade nos últimos doze meses. O componente que mede as condições atuais atingiu 29,1 pontos e o de expectativas para os próximos seis meses, 39 pontos. No mesmo sentido, o Ipei da indústria da construção atingiu 34,3 pontos em março (49,7 pontos em igual mês de 2014), reflexo de reduções de 16,2 pontos no componente que avalia as expectativas e de 13,7 pontos naquele que mensura as condições atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre, razão entre as vendas e a oferta, atingiu 8,5% no trimestre encerrado em fevereiro (10,0% em fevereiro de 2014), refletindo a redução de 22,8% na comercialização de imóveis em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (Sinduscon-RS). Em doze meses, houve diminuição de 28,9% no número de unidades comercializadas.

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2014 Nov ^{2/}	2015 Fev ^{2/}	12 meses
IDI	1,6	-5,4	-6,1
Compras industriais	0,3	-12,3	-13,5
Faturamento	12,5	-11,3	-8,3
Emprego industrial	-1,5	-1,4	-2,9
Horas trabalhadas	-1,0	-3,3	-4,4
Massa salarial	0,8	0,4	-0,1
Nucl ^{1/}	81,0	78,6	80,2

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

Gráfico 5.25 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul

Em pontos

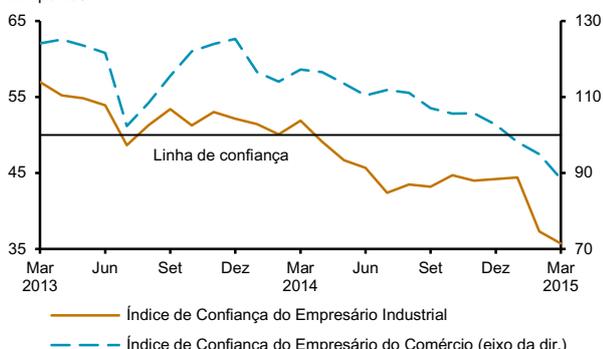


Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 249	3 094	-4,8	-13,7
Básicos	1 188	1 406	18,4	-21,2
Industrializados	2 061	1 687	-18,1	-7,1
Semimanufaturados	271	249	-8,2	3,1
Manufaturados ^{1/}	1 790	1 438	-19,6	-10,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 1,9 mil unidades no primeiro trimestre, segundo a Fenabrave. A redução de 27,0%, em relação a igual trimestre de 2014, é atribuída ao decréscimo de 36,9% na comercialização de caminhões, mitigada pela elevação de 56,0% na de ônibus.

Em relação ao comércio exterior, a balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$535,3 milhões no primeiro trimestre de 2015, ante o *deficit* de US\$151,2 milhões no mesmo período de 2014, de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$3,1 bilhões e as importações, US\$2,6 bilhões, contraindo 4,8% e 24,8%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações refletiu a redução de 12,6% nos preços e o incremento de 9% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos (45,5% da pauta) aumentaram 18,4%, impactados pelo aumento nas vendas de trigo, em comparação à fraca base de comparação de 2014¹⁴. Destacaram-se também os desempenhos favoráveis de fumo (48,1%) e de soja (5,6%), contrapondo-se às reduções nas vendas de carnes de frango (-4,6%), arroz (-14%) e milho (-65,7%). Os embarques de produtos manufaturados (46,5% do total) recuaram 19,6% (polímeros de etileno, -26,2%, calçados, -10,3%), e os de semimanufaturados (8,1% da pauta) reduziram 8,2% (couros e peles, -6,5%).

As exportações direcionadas à Argentina, EUA, China, Países Baixos e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 32,8% das vendas externas do estado no primeiro trimestre, com variações respectivas de -5,7%, -7,8%, 0,3%, 43,9% e 105,6%, em relação ao de 2014.

A trajetória das importações refletiu recuos de 10,1% no *quantum* e de 16,3% nos preços. Houve diminuição nas compras de produtos intermediários (47,7% do total das aquisições), -18%, especialmente naftas, -26,9%, e partes e peças para veículos, -15,5%; nas de bens de capital (24,2% do total), -12,2%, destacando-se veículos de carga, -13,8%; nas de combustíveis (14,4% do total), -50,3%; e nas de bens de consumo (13,8% do total), -24,6% (particularmente automóveis, -48,6%).

As importações provenientes da Argentina, da China e dos EUA representaram, em conjunto, 44% das compras do estado no primeiro trimestre, com variações respectivas de -25,6%, 8,8% e -6%, em relação a 2014.

^{14/} O trigo aumentou de 2.898,2% em valor, mesmo com queda de cerca de 31% nos preços, segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), impulsionado principalmente pela demanda de países asiáticos.

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-março

Discriminação	Valor (US\$ milhões)		
	2014	2015	Var. %
Agricultura e pecuária	323	415	28,5
Indústria de transformação ^{1/}	2 804	2 586	-7,8
Alimentos e bebidas	815	832	2,1
Produtos químicos	497	376	-24,3
Fumo	217	309	42,4
Máquinas e equipamentos	320	262	-18,1
Calçados e couros	251	227	-9,6
Veículos	134	185	38,1
Borracha e plástico	92	78	-15,2
Móveis e indústrias diversas	71	65	-8,5
Produtos de metal	64	54	-15,6
Máquinas de escritório e informática	38	37	-2,6
Celulose, papel e produtos de papel	40	33	-17,5
Madeira	30	30	0,0
Metalurgia	26	26	0,0
Minerais não-metálicos	23	17	-26,1
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	129	7	-94,6

Fonte: MDIC/Secex
1/ Itens selecionados.

O IPCA na RMPA variou 4,19% no primeiro trimestre de 2015 (1,94% no último de 2014), com aceleração nos preços livres, de 1,73% para 2,87%, e, principalmente, nos monitorados, de 2,67% para 8,58%, sobressaindo-se, nesse segmento os reajustes da tarifa de energia elétrica residencial (46,86%) e do preço da gasolina (7,21%).

O desempenho dos preços livres refletiu as acelerações nos bens comercializáveis, de 1,25% para 2,32% (automóvel novo, 6,24%, carnes, 4,34%, e cigarro, 8,35%), e nos bens não comercializáveis, de 2,19% para 3,40% (alimentação fora do domicílio, 2,93%, tubérculos, 32,93%, e cursos regulares, 7,24%).

O índice de difusão atingiu média de 61,4% no trimestre encerrado em março (55,6% no finalizado em dezembro e 58,9% em igual período de 2014).

A inflação da RMPA acumulou 9,14% nos doze meses finalizados em março de 2015 (6,77% em 2014), com aceleração dos preços monitorados, de 6,20% para 15,33%, e, em menor intensidade, dos preços livres, de 6,95% para 7,32%.

A evolução recente dos indicadores econômicos sugere desaceleração do ritmo de atividade no estado, em razão, sobretudo, do menor dinamismo industrial, da evolução menos favorável dos indicadores do mercado de trabalho e da deterioração das expectativas de empresários e de consumidores. Deverão contribuir para mitigar este panorama os resultados favoráveis estimados para as principais safras agrícolas do estado e os efeitos da desvalorização cambial sobre a balança comercial regional.

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		II Trí	III Trí	IV Trí	I Trí
IPCA	100,0	2,13	0,61	1,94	4,19
Livres	76,5	2,03	0,51	1,73	2,87
Comercializáveis	37,4	2,49	0,32	1,25	2,32
Não comercializáveis	39,1	1,59	0,69	2,19	3,40
Monitorados	23,5	2,47	0,96	2,67	8,58
Principais itens					
Alimentação	25,9	1,55	0,39	2,38	3,88
Habitação	14,1	3,33	2,15	3,39	11,40
Artigos de residência	4,8	2,37	0,68	0,46	1,39
Vestuário	6,5	4,35	-1,10	2,45	-1,13
Transportes	18,3	1,27	0,17	2,16	4,87
Saúde	11,1	2,96	0,83	0,77	1,83
Despesas pessoais	10,8	2,84	0,47	1,61	3,25
Educação	4,6	-0,02	1,43	0,40	5,87
Comunicação	4,0	0,10	0,38	0,33	-1,97

Fonte: IBGE
1/ Referentes a março de 2015.

Tabela 5.37 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 400	2 558	-24,8	-13,2
Bens de capital	706	619	-12,2	-10,9
Matérias-primas	1 488	1 220	-18,0	-10,0
Bens de consumo	467	352	-24,6	-11,5
Duráveis	351	231	-34,2	-19,5
Não duráveis	116	121	4,3	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	739	367	-50,3	-26,6

Fonte: MDIC/Secex